

Comité Nacional dos Direitos Humanos

Para um Plano Nacional de Acção dos Direitos Humanos

Elaborado por

Paula de Azevedo Ramos

Membro do CNDH

Representante ICM

Praia, Novembro de 2002

Enquadramento Geral

Tal como nas outras missões, a missão a Fogo enquadra-se no âmbito da segunda fase dos trabalhos, de acordo com a metodologia definida no seminário realizado na Praia a 6 e 7 de Julho de 2002, com o objectivo de divulgar o projecto de elaboração do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos (PNADH), a cargo do Comité Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), e recolher subsídios para o mesmo plano.

Recorda-se que uma missão tinha sido realizada anteriormente a Fogo de 24 a 26 de Outubro, mas devidos a contratempos vários, não se pode realizar nem o encontro com a Câmara Municipal nem o seminário com a população de São Filipe. Nos Mosteiros, realizou-se o encontro com a Câmara Municipal e começou-se o seminário com a população, mas devido ao pouco tempo disponível e o reconhecimento da importância de tal realização, o Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Comité uma segunda deslocação a esse concelho, manifestando que apoiaria com o transporte S. Filipe- Mosteiros-S. Filipe e alojamento dos integrantes da missão.

Nesta missão, foram realizados dois seminários com a população, um em São Filipe e um em Mosteiros. No concelho de São Filipe realizou-se ainda, antes do seminário programado, um encontro com o Presidente da Câmara Municipal e alguns vereadores.

Integraram a missão a Dra Vera Duarte- Coordenadora do CNDH, Dra Paula A. Ramos- membro do CNDH e Dra Gloria Silva- também membro do CNDH.

Missão a Mosteiros

A missão de realização do seminário sobre os Direitos Humanos em Mosteiros teve lugar no dia 25 de Novembro no salão nobre da Câmara Municipal.

Estiveram presentes 28 participantes, entre os quais, representantes da câmara municipal, saúde, policia, tribunal, educação, igreja, associações e organizações da sociedade civil, comunicação social, ... (ver lista em anexo).

A) Intervenções de enquadramento

O enquadramento esteve a cargo da Dra Vera Duarte, que começou por frisar ser essa uma retomada dos trabalhos interrompidos na sessão anterior. Recolher informações sobre as violações mais comuns dos Direitos Humanos e das quais a população sofre prioritariamente e Divulgar informações relativas ao CNDH, foram os objectivos preconizados.

Na sua intervenção, a Dra Vera Duarte teceu algumas informações sobre o CNDH, sua composição, objectivos e o suporte que o programa HURIST vem prestando na elaboração do Plano Nacional de Acção. Abordou o conceito dos Direitos Humanos de uma forma geral, colocando ênfase na Constituição da Republica de Cabo Verde e no documento básico que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

A Dra Gloria Silva centrou a sua intervenção no lugar das mulheres no seio dos Direitos Humanos em Cabo Verde. Falou dos passos dados em termos de Direitos da Mulher em Cabo Verde e que já foram elaborados dois Planos de Acção para os Direitos da Mulher em Cabo Verde (referentes aos quinquênios 1995-2000 e 2001-2006). Abordou ainda a questão dos Direitos em relação aos Deveres.

De seguida, a Dra Paula A. Ramos, fez uma breve abordagem da constituição do CNDH e do papel dos seus membros, realçando o facto de serem "representantes" de sectores, e por isso terem como obrigação não só defender os direitos dos que representam, mas também assegurar a observância dos princípios dos Direitos Humanos no geral, mesmo porque a filosofia dos Direitos Humanos pressupõe um trespasse e integração de todos os grupos e categorias, sem discriminação.

Finda as intervenções de enquadramento da temática Direitos Humanos, os participantes foram, mais uma vez, convidados a intervirem de forma descontraída, pronunciando sobre a existência ou não de violações dos Direitos Humanos, inventariando problemas e necessidades, apontando medidas e propostas de intervenção.

B) Intervenções dos Participantes

As principais preocupações no domínio dos DH manifestadas durante o seminário foram:

1. Muitas pessoas, principalmente as mais desfavorecidas, reclamam ao dirigir-se ao hospital, alegando que o atendimento é moroso
2. Verificam-se violações constantes dos Direitos da Criança, principalmente em relação a meninas- violação sexual, e na maior parte das vezes o infractor fica impune. Muitas vezes há um entendimento entre o infractor e o progenitor e não se leva a queixa adiante.
3. Crianças em idade escolar trabalham nas FAIMO.
4. Ouve-se falar nos Direitos da Mulher, mas se perante a lei esta tudo muito bem, na pratica não. As mulheres acabam por ter também alguma culpa. Podiam actuar melhor.
5. Os homens muitas vezes ficam com a metade dos salários para o seu uso individual, porque as mulheres não trabalham para fora e eles acham que tem mais direitos.
6. os homens ainda batem (chicote, soco, ...) nas mulheres.
7. No âmbito da saúde: muitas vezes passa-se receitas a pessoas que não tem capacidade de comprar, o que faz com que, por razoes económicas os direitos não sejam iguais para todos.
8. O abuso sexual contra Crianças acontece frequentemente. Mesmo entre Crianças. E nessa relação sempre a do sexo masculino sai a ganhar porque quando não se penaliza alguém por ter violado outra, independentemente da idade, estamos a violar os seus direitos.
9. Quanto aos nomes (registo de nascimento): antes de nascer põe nomes as Crianças, mas não efectuam o registo de nascimento oficial. Muitas vezes porque

- o pai diz que tem de esperar o padrinho ou madrinha que se encontra ausente (nos Estados Unidos mais frequentemente) e passam muito tempo nisso.
10. Questão: o que faz o CNDH ou que pensa fazer frente ao vandalismo, violência contra crianças e mulheres, violência contra homens, violações dos Direitos Humanos, terrorismo, enfim, questões dessa natureza?
 11. O problema da saúde e do trabalho infantil ultrapassa a visão dos Direitos Humanos. É um problema mais social. Pais tem muitos filhos e não tem condições financeiras para satisfazer o mínimo necessário.
 12. Acontece que muitas pessoas que tem meios económicos suficientes, tem acesso a medicamentos gratuitos na farmácia do hospital, enquanto que muitas pessoas carenciadas não tem essa possibilidade e ficam sem se medicar devidamente.
 13. Em relação á violência contra mulher, muitos homens sofrem mais.
 14. O PNA podia indicar um prazo limite para além do qual pode-se exigir o registo de nascimento da Criança aos progenitores.
 15. Muitas vezes, pais com muitos filhos e sem capacidade de os manter, manda-os/ obriga-os a irem trabalhar.
 16. É necessário introduzir no Plano que o Estado e Organizações Internacionais devem disponibilizar verbas para intervir junto a Crianças vulneráveis e Crianças de rua.
 17. Nem todos tem acesso ao emprego e trabalho.
 18. Não é garantido aos doentes crónicos, trabalhadores das FAIMO e desempregados, medicamentos necessários, não tem seguros: Há que criar condições, exigir do estado para colmatar.
 19. Muitas das violações de Crianças não chegam á justiça por falta de mecanismos de denuncia.
 20. É necessário criar instituições/ pessoas, que representam Crianças de modo a salvaguardar os seus interesses.
 21. Não se tem registado muitas agressões físicas no concelho.
 22. As mulheres tem que sentir-se mais responsáveis pela sua sorte, dar a cara, responsabilizar-se mais.
 23. O pai que não ganha suficiente e tem muitos filhos é irresponsável. Mas as mulheres também são culpadas.
 24. Por Mosteiros ter uma população dispersa, descoberta em termos de energia eléctrica, muitas vezes não tem acesso á informação. E a Comunicação Social não passa a melhor informação.
 25. Verifica-se um acentuado problema de mentalidade e cultura, que tem reflexos na saúde (as pessoas não canalizam bem os recursos), na educação (não tem dinheiro para propinas, mas gasta de outras formas), ...
 26. Muitos se dizem "desempregados", embora fazem trabalhos particulares e auferem tanto ou mais do que no Estado.
 27. Temos necessidade de falar mais nos deveres.
 28. Em relação aos deportados: é um problema serio sim, mas devemos ajudá-los na reintegração na sociedade.
 29. Os médicos mostram sempre grande resistência em evacuar doentes. Muitas vezes os emigrantes que tem capacidade de ajudar os seus, não podem porque o médico não passa o atestado necessário.

30. Culturalmente são aceites coisas que trazem consequências negativas, por exemplo, meninas de 15 anos namoram com rapazes adultos. Precisa-se de sensibilização e informação.
31. Muitos casos de violação dos Direitos Humanos que acontecem só tomamos conhecimento através da comunicação social.
32. Qual o papel do CNDH em relação às violações dos Direitos Humanos?
33. Muitas vezes as pessoas são coniventes com o desrespeito pelo DH. Não cometem directamente, mas não se insurgem. É preciso consciencializar as pessoas a não "perdoarem" e não aceitarem.
34. É preciso que as mulheres se conscientizem dos seus próprios direitos.
35. Pessoas (homens) com varias mulheres/ namoradas tem muita fama +, enquanto mulheres com mais de um parceiro são discriminadas.
36. Porque tirar uma menina da escola só porque está grávida? E os seus direitos á educação? Porque não culpar o outro, que na maioria das vezes é maior?
37. A informação é bastante importante, e temos um problema aqui: que as pessoas ainda não entenderam a medida- fala-se em suspensão e não expulsão, quando uma aluna aparece grávida na escola. Suspensão, na practica, constatamos que protege os direitos das adolescentes. Felizmente as pessoas estão a começar a entender isso.
38. A escola tem ajudado muito as adolescentes grávidas, visto que muitas vezes é ela que comunica aos familiares o facto e medeia o processo.
39. Nota-se muita falta de responsabilidade por parte das pessoas de Mosteiros.
40. Os professores são mais facilmente penalizados por contactos com alunos do que outras pessoas, como por exemplo os imigrantes.

Os membros da delegação fizeram intervenções pontuais e breves, no sentido de informar ou comentar um ou outro problema levantado, sempre que tal se mostrou necessário.

C) Recomendações

As recomendações feitas na sequência dos problemas e necessidades inventariados, podem ser resumidas no seguinte:

1. Criar mecanismos para tornar o atendimento no hospital mais célere;
2. Aumentar o poder de intervenção do Ministério Público nos casos de crimes sexuais, de modo a evitar possíveis entendimentos entre o infractor e os progenitores, para que estes não levem a queixa adiante;
3. Sensibilizar as mulheres para o conhecimento e respeito dos seus direitos e deveres;
4. Sensibilizar homens, mulheres e crianças para o respeito do direito do outro;
5. Maior controle no subsidio de receitas medicas pelo Estado, de modo a garantir aos que realmente não podem pagar, medicamento grátis;
6. Indicar um prazo limite para além do qual pode-se exigir o registo de nascimento da Criança aos progenitores;

7. Responsabilizar pessoas que tem mais filhos do que as que podem satisfazer as necessidades, penalizando-as se for necessário;
8. Mobilizar mais recursos junto do Estado e de Organizações Internacionais, de modo a se intervir junto a Crianças carenciadas e Crianças na rua;
9. Garantir aos doentes crónicos, trabalhadores das FAIMO e desempregados assistência medica e medicamentosa;
10. Criação de instituições que representam Crianças, de modo a salvaguardar os seus interesses;
11. Garantir o acesso á informação a todos;
12. Criação de uma estrutura ligada aos Direitos Humanos no concelho.

Missão a São Filipe

A missão a São Filipe teve lugar no dia 26 de Novembro.

Distingue-se dois momentos da missão:

O primeiro momento, na parte de manhã, em que se realizou um encontro com o Presidente da Câmara Municipal e vereadores.

Um segundo momento, com a realização de um seminário mais abrangente, com convidados, representantes de instituições e da sociedade civil, aberto á participação da população.

O encontro com a Câmara Municipal foi realizado na sala de reuniões da própria câmara, e contou com a presença de:

- Sr Eugenio Veiga, Presidente da Câmara Municipal
- Sra. Alcinda Monteiro, Vereadora para área social e ponto focal do CNDH
- Sr Ubaldo Lopes, Vereador
- Sr Manuel Andrade Gomes, Vereador

O Presidente começou por mostrar toda a disponibilidade da câmara municipal em cooperar com o CNDH, sublinhando que "pessoalmente entendemos que os Direitos Humanos]e uma matéria muito vasta/ complexa e tem dificuldades de aplicação practica no terreno. Na practica, aqueles que tem menos posses, tem mais dificuldades no acesso á justiça. Nem todos tem direitos iguais no acesso á saúde. Entendemos que devemos preocupar-nos com a criação de condições para a dignidade humana. Resumidamente, podemos dizer que a questão dos Direitos Humanos é uma questão de dignificação humana".

O seminário foi realizado no Centro Cultural de São Filipe e contou com a participação de 30 pessoas, nomeadamente estudantes, professores, representantes da saúde, câmara municipal, cadeia civil, comunicação social e instituições publicas (ver lista em anexo).

A) Intervenções de enquadramento

A Sra. Alcinda Monteiro, Vereadora para área social e ponto focal do CNDH, deu as boas vindas aos participantes e falou sobre a metodologia a ser utilizada.

A Dra Vera Duarte fez a introdução às questões de Direitos Humanos. Na sua intervenção, tratou dos seguintes pontos:

1. os princípios fundamentais referentes ao processo de elaboração do PNADH
2. o papel das nações Unidas e do programa HURIST na elaboração do PNADH
3. a metodologia de elaboração do PNADH
4. a metodologia a ser utilizada no seminário

A intervenção da Dra Gloria Silva realçou a participação das pessoas enquanto sujeitos de direitos e deveres. "É extremamente importante que tenhamos consciência dos nossos direitos e exigimos para que sejam cumpridos".

B) Intervenções dos Participantes

A intervenção dos participantes centrou-se nos seguintes pontos:

1. Temos boas leis, que se estivessem na practica, estávamos todos bem e não precisaríamos (?) de um PNADH. Entretanto, pergunta-se "como fazer para que a nossa realidade social possa corresponder com a legislação?"
2. Não é só fazer textos bonitos. A educação de base é o mais importante. Eu não imponho que me respeitem, mas sim respeito os outros, e assim aprendem a me respeitar.
3. No trabalho de promoção dos Direitos da Mulher, devemos primeiramente sensibilizar os homens para o respeito dos seus direitos.
4. Precisamos começar sempre pela sensibilização. Fazer com que as leis sejam cumpridas.
5. Lembrar que temos direitos e deveres
6. Às Crianças dizem só quais os seus direitos, mas não se ensina quais os seus deveres
7. Há um certo desrespeito das pessoas que estão a chefiar as instituições (publicas/ privadas), em relação aos utentes. As pessoas que "entendem" como se estivessem a fazer um favor ao utente, quando na realidade esta a desempenhar o seu dever..
8. O que pode o CNDH fazer para repor os direitos daqueles que não sabem os tramites?
9. Algumas mulheres, por serem dependentes do marido, ficam sujeitas á vontade do mesmo. Nestas situações, o que se deve fazer para que estas mulheres sejam livres?
10. O que fazer com um "cidadão" que seu direito é violado- não só pelo marido, mas também a policia, tribunal com a sua morosidade? E o acesso á justiça?,

11. Muitas vezes o pai sacrifica o seu próprio filho devido a desentendimentos com a mulher. Isso leva a termos Crianças abandonadas e na rua.
12. Existe nesse município muita falta de informação que leva ao não entendimento dos DH.
13. Se vamos abordar os DH em Cabo Verde, comecemos desde os jardins infantis, falando tanto dos direitos, como dos deveres.
14. O problema dos DH é um problema de respeito- pelo direito dos outros, pelos meus direitos.
15. Antes de abordar a questão dos DH, devíamos conhecer a realidade do país, enquadrar melhor o assunto.
16. A educação é que está na base de tudo.
17. A formação na escola é bastante insuficiente. A educação é quem deve provocar a mudança de mentalidade.
18. Os direitos dos funcionários da função pública, não estão a ser cumpridos no que toca á previdência social, sobretudo em relação ás empresas publicas. Ora, se todos somos funcionários públicos, acho que devemos ter os mesmos direitos.
19. Fala-se na educação, mas nos liceus a disciplina de FPS é muito curta (termina cedo). A educação não faz nada. O contacto com os professores é mínimo. Mesmo o liceu não cria condições (disponibilizar uma sala]a associação de estudantes) para se exercitar os direitos.
20. O ensino está na mesma. A disciplina de FPS não está a conseguir transmitir aos jovens quais os seus direitos e deveres.
21. Deve-se mostrar aos jovens quais os seus direitos e deveres.
22. Que plano/projecto para os alunos?
23. A educação não está em condições, mesmo porque nos programas não está contemplado (excepto 11'ano) a abordagem dos DH.
24. Porque não, incluir a abordagem dos DH nas disciplinas curriculares?
25. A situação dos repatriados é um elemento novo na nossa sociedade, com os hábitos e costumes dessa gente. Há uma tendência de marginalização dos repatriados. É necessário um plano de integração.
26. Existem Crianças que passam um bom tempo na rua. Se nesse momento não tivermos um programa de prevenção, daqui a 10 anos teremos um problema

Aqui também, ao longo das intervenções dos participantes, os integrantes da missão tiveram oportunidade de informar ou comentar pontual e brevemente um ou outro problema levantado, sempre que tal se mostrou necessário.

C) Recomendações

Resumidamente, as recomendações feitas na sequência do pronunciamento sobre a existência ou não de violações dos Direitos Humanos, inventario de problemas e necessidades, e medidas e propostas de intervenção, foram as seguintes:

1. Adequar a legislação com a realidade social do momento;
2. Sensibilizar os homens, e todas as pessoas no geral para o respeito pelos direitos dos outros, particularmente das mulheres e crianças;

3. Sensibilizar para o cumprimento dos deveres;
4. Sensibilizar as pessoas para um melhor atendimento público;
5. Criar espaços onde se pode reclamar e indignar quando o seu direito não é respeitado;
6. Divulgar mais informação sobre os Direitos Humanos;
7. Começar a abordagem dos Direitos Humanos nos jardins infantis;
8. Elaborar estudos para melhor conhecer a realidade do país, de modo a melhor adequar o ensinamento dos Direitos Humanos;
9. Incluir todos os funcionários na previdência social, sem discriminação;
10. Disponibilizar uma sala á associação de estudantes do Liceu, de modo a exercitarem os seus direitos.
11. Introduzir a abordagem dos Direitos Humanos nas escolas, através de uma disciplina própria ou a de FPS existente, de modo a abranger todos os níveis de ensino;
12. Criar um plano de integração dos repatriados na nossa sociedade;
13. Criar programas de prevenção para as Crianças que passam muito tempo na rua;
14. Incentivar os pais a conhecerem e respeitarem o direito dos filhos;
15. Actuar na prevenção dos crimes;
16. Criar formas de minimizar as consequências negativas que a aplicação da justiça tem para as vítimas;
17. Propor aos políticos um pacto de respeito pelo outro a ser utilizado durante as campanhas;
18. Ouvir a opinião dos guardas prisionais antes de se começar a defender os presos;
19. Criar condições de protecção e regalias as pessoas que trabalham com presos;
20. Dismistificar a imagem transmitida de que os "mandjacos" são todos criminosos, fazendo uma maior triagem na concessão de direito de permanência no país.

SEMINARIO SOBRE DIREITOS HUMANOS
“Para um Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos”

lista de Presença

Local : Mosteiros

Data : 25/11/02

N.º	NOME	INSTITUIÇÃO
1.	Roberto Carlos Pina Gomes	Escola Secundário dos Mosteiros
2.	Heiton Pires Gomes	Escola Secundário dos Mosteiros
3.	Rosa Fernandes Silva	Escola Secundário dos Mosteiros
4.	Domingos Vaz Mendes	Rep. Gestores Pólos–Delegação MEVRH
5.	Rito Barbosa Varela	Escola Secundário dos Mosteiros
6.	Artur Manuel Melo Afonso	Escola Secundário dos Mosteiros
7.	Eliana Sofia Marques Silva	Escola Secundário dos Mosteiros
8.	Paula Cristina de Carvalho	Escola Secundário dos Mosteiros
9.	Francisco Soares	
10.	João José Teixeira	Delegado Municipal CMM
11.	Alberto Alves Monteiro Gonçalves	Câmara Municipal dos mosteiros
12.	Carlos Lopes	Representante das Igreja Adventista
13.	Alberto Nunes Veiga	Correios SARL
14.	Orlando Araújo Júnior	Ministério de Agricultura e Pescas
15.	Júlia Vieira Oliveira	Coordenadora Pré-Escolar
16.	Gabirela Antunes	Coordenadora do EBI
17.	António Sequeira	Gestor do polo nº I
18.	Luís Rosa	Funcionário CMM
19.	Pedro Freire Andrade	Funcionário CMM
20.	João Alves Lopes Teixeira	1º Subchefe da Policia
21.	Cândida Andrade	Responsável OMCV
22.	Abdou Massaly	Escola Secundário dos Mosteiros
23.	Mario Marques	Juiz
24.	Jaime Monteiro	Vereador da CMM
25.	Domingos Pedro Lopes	Assessor CMM
26.	António Pires	Radio Mosteiros
27.	Alino Antunes Teixeira	Delegado MEURH

SEMINARIO SOBRE DIREITOS HUMANOS
“Para um Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos”

lista de Presença

Local : S. Filipe

Data : 26/11/02

N.º	NOME	INSTITUIÇÃO
1.	Joaquim Fontes	Estudante 12º
2.	Heder Arménio Lopes	Desempregado
3.	Nuno Miguel Lopes Barbosa	Estudante 12º
4.	D. Alves Fernandes Andrade	Estudante 12º
5.	Gastão Correia	Igreja Nazareno
6.	João Araújo Pires	Estudante 11º
7.	Mendes Peixeira	Estudante 12º
8.	Manuel Lopes Mendes	Estudante 12º
9.	Mª de Fátima Lopes Évora	Guarda Prisional
10.	Domingos Santos Rosa	Subchefe Guarda Prisional
11.	José Eduardo Moreno	Guarda Prisional
12.	António Jorge Freire	Medico
13.	Jaime Rodrigues	Jornalista . Inforpress
14.	José Pedro Alves	Guarda Prisional
15.	Maridison Sequeira	Estudante 12º
16.	Teresa Teixeira	Estudante 12º
17.	Adérito Spínola	Estudante 12º
18.	Eliseu Vieira Pires	Estudante 12º
19.	José Cardoso	INDP - FOPESCA
20.	Cesarina Fernandes Gomes	Estudante 12º
21.	Isaura Mª Lopes	Estudante 12º
22.	Mª Manuela Centeio	Estudante 12º
23.	Mª Santa Montrond	Estudante 12º
24.	Pedro Pires	Professor Liceu
25.	Luisa Lopes	Professor Liceu
26.	Maria da Graça	Professora Liceu
27.	Pedro Veiga	Estudante
28.	Silves Centeio	Estudante

29.	Simão Mendes Júnior	Estudante
30.	Eugénio da Veiga	Presidente Câmara de S. Filipe